



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Processo Administrativo: 3155/2022 (impugnação ao edital).

**MODALIDADE: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**Nº 014/2022 – Tipo presencial**

**DATA DA ABERTURA: 12 de abril de 2022**

**HORÁRIO: 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA**

**Processo Licitatório: 2850/2021**

**Do Objeto:** CONSTITUI OBJETO DESTES REGISTROS DE PREÇOS A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS, COM LOCAÇÃO DE ATÉ 14 (QUATORZE) VEÍCULOS E MANUTENÇÃO DE MAIS 02 (DOIS) VEÍCULOS RESERVAS, SENDO UM DO TIPO ÔNIBUS E/OU MICRO-ÔNIBUS E O OUTRO UMA VAN EXECUTIVA, MODELOS RODOVIÁRIOS, DURANTE O PERÍODO LETIVO, NOTURNO E/OU DIURNO PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PETU (PROGRAMA ESPECIAL DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO), INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.180/05, SEGUINDO OS SEGUINTE ITINERÁRIOS PARA OS ÔNIBUS: (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X TERESÓPOLIS/RJ X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ) (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X PETRÓPOLIS X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ), PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII DO REFERIDO EDITAL VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO OU TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE.

**DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso foi interposto fora do prazo legal, portanto intempestivo, pela empresa **VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO S/A**, de acordo com a cláusula 14.4 do edital. O processo de solicitação foi protocolado em 08/04/2022.

Diz o art. 12 do DECRETO Nº 3.251 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021, que regulamenta o Pregão, na forma presencial e eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns (...):

Art. 12 - Qualquer pessoa poderá impugnar o edital do pregão ou solicitar esclarecimentos, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

A sessão de abertura do Certame licitatório está marcada para as 10 horas (horário de Brasília) do dia 12/04/2022, e, conforme determinado no item no item 14.4 do Edital, as impugnações somente poderiam ser recebidas até o dia 07/04/2022.

Tal contagem se dá na forma preconizada pelo art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, e prevista no item 14.4 do Edital, em que se exclui o dia do início e se inclui o do vencimento. Desta forma, marcada a Sessão de abertura para o dia 12/04/2022 (terça-feira), exclui-se este dia, sendo o primeiro dia do prazo o dia 11/04/200 (segunda-feira), o dia 08/04/2022 (sexta-feira) e o dia 07/04/2022 (quinta-feira). Como o prazo determinado no item 14.4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

é de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública”, o prazo encerrou-se em 07/04/2022.

Caso a impugnação seja oferecida fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido a Administração.

De acordo com os tramites processuais, o Pregoeiro deve registrar em sua resposta inicial com a informação de que a impugnação foi protocolizada fora do prazo, sendo intempestivo, porém, na sua condição de servidor público, tendo compromisso com a legalidade e com o dever de assegurar a eficácia de petição, passará a apreciar, de ofício, o processo ora impugnado.

Informa a empresa Requerente que o aviso do Edital foi disponibilizado em 05/04/2022, com data do dia 12/04/2022 para abertura das propostas (...). Informação que não é procedente, conforme demonstrado na imagem abaixo constante na página desta Prefeitura, no endereço: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao/visualizar/id/2025/?pregao-presencial-0142022.html>.

Caixa de entrada (6.933) - admlic x Editais de Licitações - Prefeit x +

← → ↻ sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao/p/2/?editais-de-licitacoes.html

Hino do município: 0:38 / 2:11

O Município Departamentos Informativos Publicações Oficiais Transparência Empreendedor Contatos

Convênios

## PREGÃO PRESENCIAL 014/2022

REGISTRO DE PREÇOS A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS TÁRIOS, COM LOCAÇÃO DE ATÉ 14 (QUATORZE) VEÍCULOS E MANUTENÇÃO DE DOIS) VEÍCULOS RESERVAS, SENDO UM DO TIPO ÔNIBUS E/OU MICRO-ÔNIBUS E UMA VAN EXECUTIVA, MODELOS RODOVIÁRIOS, DURANTE O PERÍODO LETIVO, NOTURNO E/OU DIURNO PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PETU (PROGRAMA ESPECIAL DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO), INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.180/05, SEGUINDO OS SEGUINTE ITINERÁRIOS PARA OS ÔNIBUS: (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X TERESÓPOLIS/RJ X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ) (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X PETRÓPOLIS X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ), PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII DO REFERIDO EDITAL

**Número do Edital:** 014/2022  
**Modalidade:** Pregão Presencial - 2850/2021  
**Situação:** Publicado  
**Abertura:** 12/04/2022  
**Publicação:** 15/03/2022

Digite aqui para pesquisar

23°C POR PTB2 11/



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**DO PEDIDO**

Em breve resumo, alega a empresa que a impugnação apresenta questões pontuais que viciam o ato convocatório, quer por discreparem do rito estabelecido na lei 8666/93 (com alterações posteriores) e da lei federal nº. 10520/20022, quer por restringirem a competitividade, condição esta essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório. Pretende também apontar situações que devem ser esclarecidas, facilitando-se a compreensão de determinadas cláusulas e evitando-se interpretações equivocadas, quais sejam:

**3.1 - ESCLARECIMENTO QUANTO AO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL** – questão que necessita ser esclarecida é a referente ao prazo para impugnação ao edital, haja vista a previsão de informações divergentes em seu texto com a Lei de regência. Informa que o Decreto Regulamentador nº. 10.024/2019, informa em seu artigo 24 que qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital de pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública. E que o item 14.4 do edital prevê prazo diferente, solicitando que seja esclarecido o real prazo que as empresas interessadas em participar do certame terão para apresentar suas peças de impugnação ao edital.

**3.2 – AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO ESTIMADO DOS PREÇOS EM PLANILHA ABERTA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 7.º, § 2.º, INCISO II E ARTIGO 40, § 2.º, INCISO II DA LEI 8666/1993** – Verifica-se que não há no edital e seus anexos, tão pouco no termo de referência, não há referência ao modelo de proposta comercial. A falta Dos dados atuais da planilha indicativa para apresentação de proposta macula o processo administrativo, pois deixa de indicar corretamente o orçamento estimado para a prestação dos serviços. Os valores que alimentam a planilha estão desatualizados, em especial quanto ao preço do DIESEL que na planilha consta como sendo R\$ 4,8698, sendo que, atualmente, o preço está acima de R\$ 6,564, ou seja, 50% (cinquenta por cento) menor que o praticado no mercado nesta data. Tal diferença não pode persistir, sob pena de tornar vil o valor de remuneração pelos serviços prestados, sendo, portanto, inexecutável seu objeto. Tal desatualização constitui direta violação aos artigos 7.º § 2.º, inciso II e artigo 40, § 2.º, inciso II, todos da Lei 8666/93, aplicáveis por força do artigo 9.º da lei federal nº. 10520/2002. Pela previsão dos referidos artigos, portanto, toda licitação, inclusive de serviços, necessariamente possui como pressuposto de validade a existência de um orçamento estimado em planilha aberta de composição de custos unitários. Continua falando sobre a planilha detalhada de custo e que a falta desta estimativa atualizada e detalhada dos custos inviabiliza a avaliação quanto à compatibilidade dos preços ofertados, informando, ainda que esta planilha atualizada de composição detalhada de custos é essencial para que a contratação possa ser efetivada corretamente.

**3.3 – DO PROJETO BÁSICO: DA PLANILHA DE CUSTOS E SUA INEXEQUIBILIDADE** – alega a empresa que a planilha de custos funciona como parâmetro para que a Administração Pública efetue uma contratação segura e exequível e que essa planilha atualizada é necessária para se evitar problemas durante a execução dos contratos e facilitar a análise da Administração Pública quando da ocorrência das alterações contratuais, a exemplo do que ocorre no reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Alega, ainda, que não estão sendo levados em conta os custos atuais, preço de combustíveis, lubrificantes, água, energia, imóvel e salários mais benefícios concedidos aos colaboradores da empresa e que tais custos elevaram sobremaneira nos últimos dois anos, em especial, neste contexto de pandemia pelo qual ainda vivemos, bastando verificar que, no edital consta o valor de R\$ 4,8698 para o litro de óleo diesel enquanto o custo atual varia de R\$ 6,564 a R\$ 7,00 (...).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

**3.4 – DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS EXPRESSOS DE CAPACIDADE TÉCNICA** – Menciona o item 5.4 do edital que a contratada obriga-se a: “manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação”. Contudo não há qualquer especificação de quais requisitos de qualificação técnica expressamente previstos no edital. Alega a empresa que tais requisitos informam sobre a necessidade de um atestado comprovando experiência anterior na execução de serviço de transporte de passageiros, emitido por órgão oficial e/ou entidade pública delegatária ou contratante do serviço que comprove a experiência da empresa proponente, constando a data de início e término dos serviços (quando o caso). Tal requisito de capacidade técnica comprova que a empresa tem o mínimo de experiência que é exigida, e que tal vício torna nulo o edital, devendo ser publicado novamente com expresse menção clara de quais sejam os requisitos.

Por fim diante do exposto, requer:

- a) Seja recebida a presente **IMPUGNAÇÃO, SUSPENDENDO-SE** o certame até decisão final das matérias (...).
- b) Sejam acolhidas as razões e fundamentos ora apresentados e determinada a **ANULAÇÃO** do certame, tendo em vista vícios inafastáveis e não passíveis de convalidação;
- c) Caso não seja atendido o pedido na alínea anterior, sejam deferidas as alterações com as devidas correções e com fixação de novos prazos para a apresentação de proposta e impugnações, **PUBLICANDO-SE O EDITAL NOVAMENTE** e marcando a sessão para a abertura das propostas para data posterior à solução dos problemas ora apontados.

Requer ainda, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irrisignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

**É o relato resumidamente.**

**DO JULGAMENTO**

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.

Faço constar que a alegação da Requerente para o itens 3.1 e 3.4 já foram objeto de resposta em processo protocolizado pela mesma empresa, através do processo nº 4484/2021, referente ao Pregão nº 030/2021 do mesmo objeto. Na época, o edital de Pregão foi suspenso “sine die” e as adequações foram realizadas.

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, com vistas ao Setor responsável para análise e pronunciamento, tendo em vista que os itens 3.2, 3.3 e 3.4 são pertinentes ao termo de referência. O processo licitatório foi devolvido com novas planilhas orçamentárias de custos unitários atualizadas.

Ao analisar a solicitação da empresa percebe-se que o pedido de impugnação é nos itens 3.2 e 3.3, os demais não. Analisarei e responderei item a item. Vejamos:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

### **3.1 - ESCLARECIMENTO QUANTO AO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

O Decreto Regulamentador nº. 10.024/2019 abrange a administração pública federal, não se aplicando a Municípios, portanto, o Artigo 24 mencionado neste item não é aplicável ao caso em questão.

No Município o Decreto que regulamenta o Pregão é o nº 3.251 de 02 de fevereiro de 2021, que diz:

Art. 12 - Qualquer pessoa poderá impugnar o edital do pregão ou solicitar esclarecimentos, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

### **3.2 – AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO ESTIMADO DOS PREÇOS EM PLANILHA ABERTA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 7.º, § 2.º, INCISO II E ARTIGO 40, § 2.º, INCISO II DA LEI 8666/1993.**

Quanto a alegação da Requerente de que a planilha está desatualizada, tendo em vista que os custos elevaram sobremaneira nos últimos dois anos, em especial, neste contexto de pandemia pelo qual ainda vivemos, bastando verificar que, no edital consta o valor de R\$ 4,8698 para o litro de óleo diesel enquanto o custo atual varia de R\$ 6,564 a R\$ 7,00 (...), e que a atualização da planilha é necessária para se evitar problemas durante a execução dos contratos e facilitar a análise da Administração Pública quando da ocorrência das alterações contratuais, a exemplo do que ocorre no reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, foi verificado o valor do último equilíbrio econômico e financeiro fornecido pela Prefeitura, bem como, o valor do item em questão no último Pregão realizado pela Administração Pública do objeto combustível, fazendo com que tenha procedência a impugnação da Requerente neste item (documentos em anexo). O processo foi enviado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia que atualizou as planilhas orçamentárias de composição de custos unitários.

### **3.3 – DO PROJETO BÁSICO: DA PLANILHA DE CUSTOS E SUA INEXEQUIBILIDADE**

Quanto a alegação da Requerente de que a planilha de custos funciona como parâmetro para que a Administração Pública efetue uma contratação segura e exequível, conforme respondido no item 3.2 o processo foi enviado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia que atualizou as planilhas orçamentárias de composição de custos unitários atualizada.

### **3.4 – DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS EXPRESSOS DE CAPACIDADE TÉCNICA –**

Quanto a alegação de ausência de capacidade técnica, informo que o constante no disposto do item 5.4 do Termo de Referência e 6.1.3 do contrato diz de que a contratada deverá “manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação”. Neste caso, entende-se que durante toda a execução do contrato, dos itens 4.3.1 ao 4.3.6, inclusive o campo “OBS”, letra A - Prova de vínculo empregatício dos motoristas, constantes no do edital, a empresa contratada deverá manter atualizado e disponibilizar a administração pública, sempre que solicitado, durante a execução do contrato. Informo que conforme 12.5 Anexo V (Termo de Referência) não há solicitação de atestado de capacidade técnica. Vale informar que o Termo de Referência é o documento em que o requisitante de forma



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

clara esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e os demais elementos necessários à sua perfeita contratação e execução. Esta Pregoeira não pode informar o que não foi solicitado. Com isso, não há procedência esta solicitação.

**DA DECISÃO**

Diante do exposto e por entender que os requisitos e princípios que permeiam os atos da Administração Pública devem ser irrestritamente observados, esta Pregoeira conhece da Impugnação interposta pela empresa **VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO S/A**, julgando-a **IMPROCEDENTE**, tendo em vista sua intempestividade. **Entretanto**, registro a informação da empresa e na condição de servidor público e Pregoeira, tendo compromisso com a legalidade e com o dever de assegurar a eficácia de petição considerando as informações apresentadas no processo nº 3155/2022, que mesmo intempestivo, demonstrou que a planilha de composição de custos unitários está defasada, adia o pregão, até apresentação de nova planilha pela Secretária de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, bem como, envia o presente processo para deliberação ao Exmo. Sr. Prefeito. Informo que novas planilhas serão anexadas ao edital, sendo marcado, posteriormente, novo dia e horário, de acordo com os prazos estipulados em Lei. Dê ciência a empresa, bem como, que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, 11 de abril de 2022.

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
Pregoeira